

UNIÃO

Especial
Grande Colar
do Mérito 2019



Grande-Colar do Mérito 2019: homenageados recebem a comenda do TCU

A comenda foi entregue a personalidades e instituições que, em suas áreas de atuação, contribuíram de forma relevante para o bem do Brasil. Receberam a honraria: o médico Benício Oton

de Lima; o ex-deputado federal Fabio Feldmann; o desembargador Marcus Antônio de Souza Faver; o Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rider Nogueira de Brito; o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; e o bispo-titular de Vertara e bispo-auxiliar de Brasília, Dom Marcony Vinícius Ferreira. *In memoriam*, o músico João Gilberto também foi homenageado.

SOBRE O GRANDE-COLAR

O Tribunal de Contas da União (TCU) homenageou, no dia 6 de novembro, com a entrega do Grande-Colar do Mérito do TCU, personalidades e instituições que, em suas áreas de atuação, contribuíram de forma relevante para o bem do Brasil.

Receberam a comenda: o médico Benício Oton de Lima; o ex-deputado federal Fabio Feldmann; o desembargador Marcus Antônio de Souza Faver; o Ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Rider Nogueira de Brito; o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; e o bispo-titular de Vertara e bispo-auxiliar de Brasília, Dom Marcony Vinícius Ferreira, que foi agraciado em 2017. *In memoriam*, o músico João Gilberto, um dos criadores da bossa nova, também foi homenageado. Considerado um dos artistas mais importantes da história da música mundial, João Gilberto faleceu em julho de 2019, aos 88 anos.

Orador na cerimônia em nome da Corte de Contas, o Ministro Walton Alencar destacou que a medalha foi instituída em 2003 com vistas a reconhecer “talentos extraordinários, preciosos e necessários” ao País. “O presidente do TCU, Ministro José Mucio Monteiro, designou-me a honra de saudar os agraciados com a comenda, voltada ao objetivo maior de prestigiar pessoas e instituições com méritos excepcionais, relevante contribuição para o Brasil e inteiramente merecedoras da especial distinção”, afirmou o decano do Tribunal. “A condecoração foi criada exatamente com o propósito de louvar méritos, fazer justiça, rememorar biografias e histórias de personalidades maiores que muito ofereceram ao Brasil e cujos exemplos ornamentam, em searas diversas, ações heroicas de virtude, que devem se eternizar e compor o ideário das gerações vindouras”.

Discursando em nome dos homenageados, o ex-deputado federal Fabio Feldmann, militante do movimento ambientalista, traçou um histórico sobre o tema, no Brasil e no mundo, e falou em prol de questões ligadas à Amazônia e às mudanças climáticas, entre outras.



“É uma honra estar em conjunto com essas pessoas, que são referência para o País, em um momento tão difícil como o que nós estamos vivendo. O mundo tem hoje como desafio o meio ambiente e a mudança global do clima. Nenhuma geração tem uma responsabilidade tão grande quanto a nossa em relação ao futuro. O Brasil tem um papel muito importante, porque é um dos grandes contribuintes dos gases de efeito estufa na atmosfera, pelo desmatamento da Amazônia”, ressaltou. “Nesse momento de dificuldade e de enorme polarização, o TCU

tem o papel de colocar um pouco de sensatez e de usar a sua credibilidade e o seu carisma institucional nessa discussão que o País está vivendo. Que o TCU seja reconhecido como uma das principais instituições comprometidas com as futuras gerações, pelo trabalho consultivo e institucional de entender o meio ambiente como um patrimônio público, o compromisso com as futuras gerações e o compromisso do Brasil com a sustentabilidade”, reforçou Feldmann.

Além de autoridades, amigos e familiares dos homenageados, estiveram presentes

à cerimônia o presidente da Corte de Contas, Ministro José Mucio Monteiro, e os Ministros do TCU Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Vital do Rêgo. Os Ministros-substitutos Augusto Sherman e Marcos Bemquerer também participaram da solenidade, assim como a procuradora-geral do Ministério Público junto ao TCU, Maria Cristina Machado, os subprocuradores-gerais Lucas Furtado e Paulo Bugarin, e os procuradores Marinus Marsico, Júlio Marcelo e Sérgio Caribé.



Fábio Pinheiro

Agraciados (da esquerda para direita) Marcus Antônio de Souza Faver, Fábio José Feldmann, coronel Edgar Estevo da Silva, ministro Rider Nogueira de Brito, Antônio Augusto Borges de Lima, filho do agraciado Benício Oton de Lima, e Dom Marcony Vinícius Ferreira

Única instituição agraciada neste ano, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais foi condecorado pela atuação de socorro e solidariedade às vítimas do rompimento da barragem no município mineiro de Brumadinho. A tragédia, ocorrida no início do ano, matou mais de 250 pessoas, com vítimas ainda desaparecidas. “Estamos fazendo um trabalho de muita efetividade, que é referência não apenas em capacitação, mas em solidariedade para todo o Brasil. Os nossos profissionais estão há 290 dias trabalhando intensamente em razão de um profundo respeito a todas as famílias. Nós enxergamos valores importantes a serem colocados para a sociedade brasileira: solidariedade, amor ao próximo e proteção à vida humana”, afirmou o comandante-geral da instituição, coronel Edgard Estevo da Silva, que recebeu a comenda em nome da corporação. “Quando somos reconhecidos por um órgão tão importante para o País, como é o TCU, isso é razão de muito orgulho, mas, principalmente, de motivação para continuar esse trabalho”, ressaltou.

A cerimônia também contou com a presença das gêmeas Liz e Mel e de Camilla Neves, mãe das meninas. As irmãs nasceram em 2018 unidas pela cabeça – um caso extremamente raro, que representa um a cada 2,5 milhões de nascimentos em todo o mundo. Elas foram separadas em abril deste ano, após a cirurgia feita pela equipe médica liderada pelo neurocirurgião pediátrico Oton de Lima. À época, as meninas tinham 10 meses de idade. O procedimento, considerado de alta complexidade, durou cerca de 20 horas e envolveu mais de 50 profissionais. A cirurgia foi feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no Hospital da Criança de Brasília José de Alencar, no Distrito Federal. Hoje, sete meses depois, Lis e Mel andam, brincam e já balbuciam as primeiras palavras.

“O Dr. Benício foi um anjo em nossas vidas, porque foi ele quem começou essa trajetória, quem depositou toda a energia positiva, acreditou o tempo todo e confiou que ia dar certo. Sou sempre muito grata a ele e a quem quer homenageá-lo, porque ele é um ser humano incrível”, disse Camilla.

Representando Oton de Lima, que estava no exterior para participar de um congresso médico, Antônio Augusto Borges de Lima agradeceu a honraria e disse que o pai ficou “radiante” ao saber da presença das crianças e da família. “Nós vivenciamos um pouco essa missão que foi dada ao meu pai e sabemos o quanto isso mexeu com ele e com toda a equipe médica. Só temos a agradecer, inclusive à confiança da Camilla e dos familiares. O melhor presente para nós é ver o que estamos vendo agora: Lis e Mel bem, felizes e correndo por aí”.

Fábio Pinheiro



Antônio Augusto Borges de Lima, filho do agraciado Benício Oton de Lima

BENÍCIO OTON DE LIMA

Natural de Jacobina (BA), o neurocirurgião pediátrico exerce a Medicina há mais de 40 anos. Graduado na Universidade de Brasília (UnB), onde também concluiu o mestrado e o doutorado na área de Ciências em Saúde, Oton de Lima fez residência médica em Neurocirurgia no Hospital de Base do Distrito Federal e cursou especializações na Universidade de Toronto, no Canadá, e na Universidade Livre de Berlim, na Alemanha. Coordenador da Neurocirurgia do Hospital da Criança de Brasília (HCB), atua principalmente nas seguintes áreas: hidrocefalia, neuroendoscopia e tumores do sistema nervoso. Em abril de 2019, chefiou a equipe médica responsável pela exitosa cirurgia que separou as irmãs siamesas que nasceram unidas pela cabeça – um caso extremamente raro, que representa um a cada 2,5 milhões de nascimentos em todo o mundo. O procedimento, considerado de alto risco, foi o primeiro a ser realizado no Distrito Federal e o terceiro no Brasil.

Fábio Pinheiro



FABIO FELDMANN

Paulistano, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi eleito deputado federal por três mandatos consecutivos (1986 a 1998), tendo sido responsável pela elaboração do capítulo da Constituição dedicado ao meio ambiente. No Congresso Nacional, também foi autor de diversas leis que abrangeram temas relevantes, como resíduos sólidos e proteção da Mata Atlântica. Em 1990, recebeu o Prêmio Global 500 da Organização das Nações Unidas, em reconhecimento à defesa das causas ambientais. Em 1992, chefiou a delegação brasileira dos parlamentares na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Conhecida como Rio-92, a reunião mobilizou a comunidade política internacional, que pela primeira vez reconheceu a necessidade de conciliar o desenvolvimento socioeconômico ao uso consciente dos recursos naturais. Atualmente, Feldmann dirige o seu próprio escritório de consultoria.

Fábio Pinheiro



MARCUS ANTÔNIO DE SOUZA FAIVER

Nascido em Cantagalo (RJ), é bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor-titular da Universidade Católica de Petrópolis, também no Rio. Atuou como advogado e professor no município fluminense de Miracema, onde também exerceu dois mandatos de vereador, por duas legislaturas consecutivas, de 1962 a 1969. Por meio de concurso público, ingressou na magistratura em 1969. Em 1983, foi nomeado como juiz do Tribunal de Alçada Cível, sendo promovido, dez anos depois, ao cargo de desembargador. Exerceu a presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) no biênio 2001-2002, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na gestão 2003-2005 e foi membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2005-2007. Presidiu, ainda, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Fábio Pinheiro



RIDER NOGUEIRA DE BRITO

Natural de Óbidos (PA), é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, onde atuou como assessor do diretor de secretaria e diretor-geral de secretaria. Foi, também, professor-titular de Direito e Trabalho Processual do Trabalho da União das Escolas Superiores do Estado do Pará (Unespa). Em 1968, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para juiz do Trabalho da 8ª Região. Em 1985, foi promovido a juiz togado do TRT 8ª Região, exercendo os cargos de vice-presidente e presidente. Nogueira de Brito tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em dezembro de 1995, sendo vice-presidente da instituição de 2006 a 2007 e presidente, de fevereiro a março de 2007, em mandato complementar. Ato contínuo, foi eleito presidente para a gestão de 2007 a 2009. Durante esse período, também presidiu o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Fábio Pinheiro



DOM MARCONY VINÍCIUS FERREIRA

Nascido na capital federal, cursou Filosofia e Teologia no Seminário Maior Nossa Senhora de Fátima, ambos em Brasília. Especializou-se em Teologia Litúrgica, frequentando o Pontifício Ateneu “Santo Anselmo” e o Instituto de Teologia Litúrgica da Pontifícia Universidade da Santa Cruz, em Roma (Itália). Foi ordenado sacerdote em dezembro de 1988. No decorrer do seu ministério sacerdotal, desempenhou inúmeros cargos, entre eles o de pároco da Catedral Metropolitana de Brasília, membro do Conselho dos Presbíteros e vigário-geral da Arquidiocese de Brasília. Foi também professor nos dois Seminários Maiores da Arquidiocese e no Curso Superior de Teologia para os Leigos. Em abril de 2014, Dom Marcony foi nomeado bispo-titular de Vertara e bispo-auxiliar de Brasília pelo Papa Francisco, sendo ordenado na Catedral de Brasília pelo cardeal arcebispo-emérito de Brasília, Dom Falcão.

Fábio Pinheiro



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Comandada atualmente pelo coronel Edgar Estevo da Silva, a organização básica do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais é disposta na Lei Complementar Estadual n.º 54, de 1999. A corporação tem como missão principal a execução de ações defesa civil, prevenção, combate e perícias de incêndios, buscas, salvamentos e estabelecimentos de normas relativas à segurança de pessoas e de seus bens contra incêndios ou qualquer tipo de catástrofe ocorrida no âmbito do Estado de Minas Gerais. Atuando de forma integrada com os órgãos do Sistema de Defesa Social, presta socorro e solidariedade às vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho, ocorrido no início de 2019. As ações de prevenção se preocupam com os impactos ambientais e com a proteção da fauna e da flora e de bens cujos valores são imensuráveis para cada família, cada indivíduo bruscamente atingido pela tragédia.

VEJA - ABRIL.COM



JOÃO GILBERTO (IN MEMORIAM)

Considerado um dos nomes mais importantes da história da música, João Gilberto é um dos “pais” da bossa nova, estilo musical genuinamente brasileiro, reconhecido no mundo todo. Baiano, natural de Juazeiro, o cantor e compositor começou a aprender violão sozinho, ainda na adolescência, e revolucionou o samba ao buscar um estilo de tocar diferente do que se fazia até então. Seu disco de estreia, “Chega de Saudade”, lançado em 1959, é um marco na criação da bossa nova, inspirando, até hoje, gerações de músicos. O modo de cantar, a forma de tocar, a inovação ao harmonizar seu timbre de voz ao violão e o eterno explorar das relações e das infinitas possibilidades entre as palavras e a música. O perfeito equilíbrio desses elementos faz de João Gilberto um músico singular, genial, inclassificável e inesquecível. João Gilberto faleceu em julho de 2019, aos 88 anos, no Rio de Janeiro.



DISCURSO DO MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES



Ministro Walton Alencar durante o discurso do Grande Colar 2019

Não faz assim tantos anos, mediante a Resolução 160, em abril de 2003, o Plenário do Tribunal de Contas da União entronizou, no orbe das tradições desta Corte centenária, a salutar prática institucional de conferir a certos homens públicos, de particular grandeza, a condecoração do Grande Colar do Mérito do TCU. Ao fazê-lo, busca o Tribunal reconhecer dados talentos extraordinários, preciosos e necessários em personalidades que, durante muitas décadas, deram ao País o máximo de si.

O Exmo. Sr. Ministro Presidente José Mucio Monteiro, na qualidade de Chanceler da insígnia do Grande-Colar do Mérito do Tribunal de Contas da União, fez-me, então, a honra de designar-me, para saudar, em nome da Corte, os ora agraciados com a Comenda, voltada ao objetivo maior de prestigiar pessoas e instituição, com méritos excepcionais e relevante contribuição para o País,

inteiramente merecedoras da especial distinção.

A Condecoração foi criada exatamente com esse propósito altaneiro de louvar méritos, fazer justiça, rememorar biografias e histórias de algumas poucas personalidades maiores que já muito ofereceram ao País e cujos exemplos ornamentam, em searas diversas, ações heroicas de virtude que se devem eternizar e compor o ideário das gerações vindouras.

Este, exatamente, Srs. Agraciados, o propósito da Láurea – em solene, mas singela homenagem – de galardoar ilustres brasileiros, merecedores da lembrança, dos aplausos e da admiração de uma Corte que busca, antes de tudo e acima de tudo, nos limites democráticos de seus poderes constitucionais, cumprir os seus deveres, prestar serviços, ser real servidora do País, apresentando estudos, materializados em julgamentos, auditorias, fiscalizações úteis à erradicação de



Cerimônia do Grande Colar na Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão

deficiências tantas e tão vastas da Administração Pública, acicatadas por problemas derivados do patrimonialismo e da corrupção, causas de tantas misérias humanas, consistentes na injusta absorção do público pelo privado, que ainda grassam entre nós, como pérfidas ervas daninhas, entranhadas em tanta coisa boa, em terreno tão fértil e receptivo, com tantas perspectivas grandes, a animar-nos, cada vez mais, com a relevância do nosso trabalho de fiscalização, dos resultados que obtemos e da prospectiva ação reformadora do controle externo.

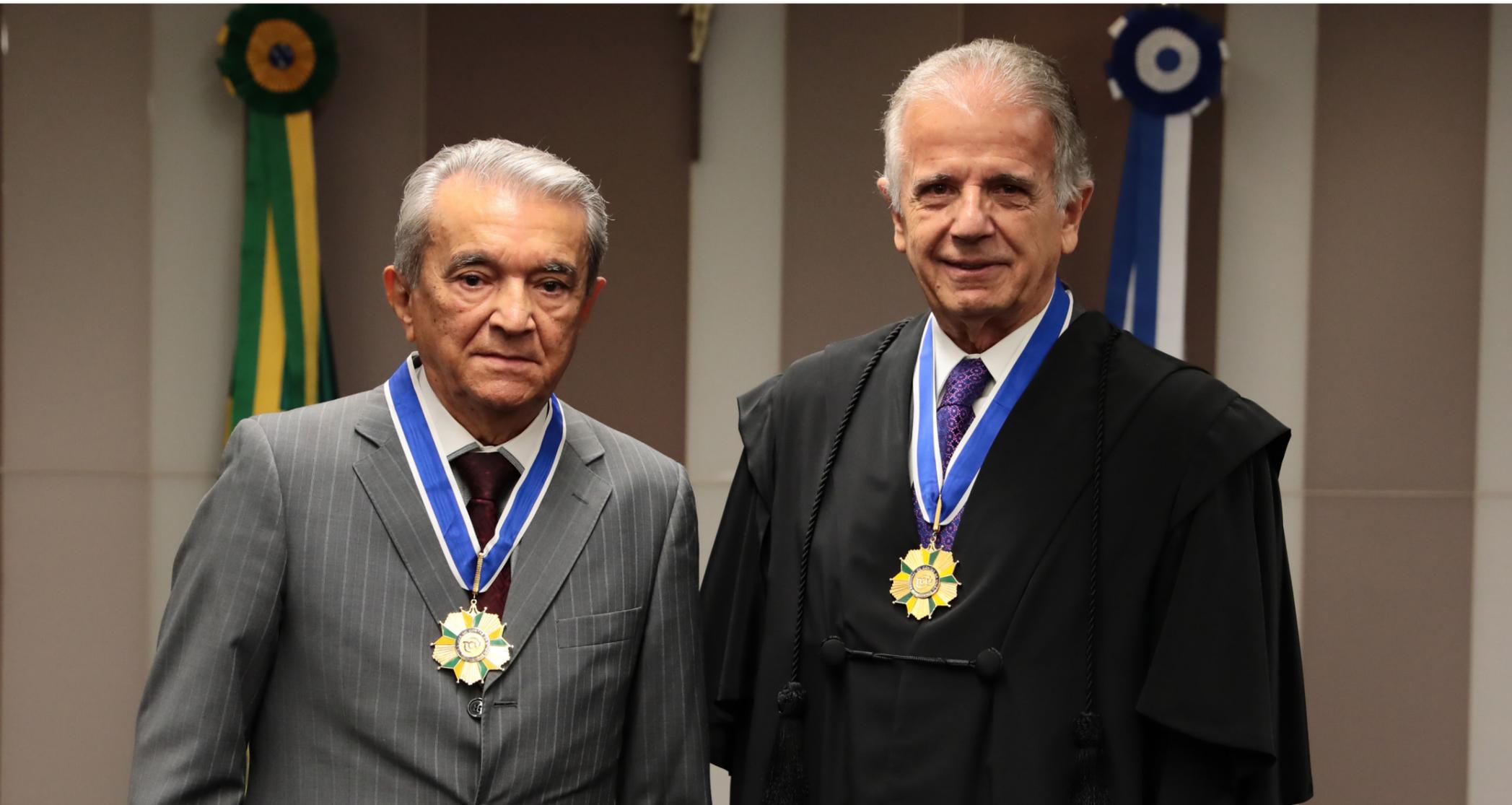
O Colar do Mérito do TCU enquadra-se exatamente nessa contextura de homenagem que anualmente fazemos aos que distinguimos e admiramos. E aos distintos e admirados agraciados, o nosso respeito pela latitude concreta de seus méritos e exemplos. E ao prestigiar certos dignitários, busca o Tribunal

transformar-lhes a conduta honrada e o modo de vida que legam, além dos incontáveis serviços e moral austera, em exemplos necessários de virtude pública, em tempos algo pesarosos.

Mas este, Sr. Presidente, Srs. Agraciados, é evento festivo, em que as preocupações mais sérias devem ser deixadas ao largo, pelo menos, por ora. E, por ser evento festivo, manifesto desculpas por já lhe começar a quebrantar as duas regras clássicas do bom discurso, *leveter et breveter*, ou *breveter et leveter*, leveza e brevidade, ou brevidade e leveza.

E, por tudo isso, o nosso gesto traduz especial agradecimento a cada um dos i. Agraciados, por tudo o que representam, por tudo o que fizeram e fazem, tornando o Brasil um País cada vez mais digno, solidário e respeitado.

Senhoras e Senhores
As nossas homenagens



Ministro José Mucio com o agraciado ministro Rider Nogueira de Brito

Ao Ministro Rider Nogueira de Brito

Início pelo sempre admirado, discreto e eminente Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Rider Nogueira de Brito.

Natural da cidade de Óbidos, no Pará, ingressou, aos vinte anos, no meio jurídico, como técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que compreende os Estados do Pará e do Amapá.

Já em 1966, assumiu, por méritos muitos, o cargo de diretor-geral daquele regional, bem como graduou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará.

Dois anos mais tarde, tornou-se juiz do trabalho em Santarém, após regular aprovação em concurso público.

Em 1985, foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador, no TRT da 8ª Região, onde exerceu as funções de presidente em 1990.

Tornou-se Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em dezembro de 1995. Lá exerceu, com especial maestria, dedicação e exatidão, as funções do cargo e de corregedor-geral da Justiça do Trabalho, sempre utilizando sua vasta experiência para fomentar o seu funcionamento eficiente.

Presidiu o Tribunal Superior do Trabalho no biênio 2007-2009, período em que acumulou a presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ocupou todos os cargos da Justiça do Trabalho e, em cada um deles, dignificou-se pela nota singular da mais absoluta integridade e conduta austera e reconhecimento unânime de todas as pessoas que com ele tiveram o privilégio de conviver.

Por uma carreira brilhante, inteiramente devotada à perseverante e equilibrada busca da justiça, nas relações trabalhistas, personificou a excelência do magistrado. Por tal, receba, Ministro Rider Nogueira de Brito, nosso caloroso e sincero reconhecimento.



Ministro José Mucio com Antônio Augusto Borges de Lima, filho do agraciado Benício Oton de Lima

Ao Doutor Benício Oton de Lima

Nascido em Jacobina, na Bahia, veio com a família para Brasília aos 10 anos de idade.

Formado, em 1974, pela Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília, escolheu a neurologia como seu campo de ação e fez residência médica em neurocirurgia no Hospital de Base do Distrito Federal.

A atuação no nicho pediátrico veio após especialização na Universidade de Berlim, em 1987, e na Universidade de Toronto, de 1988 a 1989, e abriu caminho para o mestrado e doutorado em Ciências da Saúde, na Universidade de Brasília.

Atualmente, é coordenador da Neurocirurgia do Hospital da Criança de Brasília, que faz parte da rede pública de saúde do Distrito Federal, que realiza mais de 400 mil atendimentos por ano e oferece tratamento integrado e multiprofissional a crianças e adolescentes.

Emblemática sua atuação no acompanhamento, desde a gestação, das gêmeas siamesas Mel e Lis. Coordenou o processo de separação das gêmeas no Hospital da Criança de Brasília, em 27 de abril de 2019, culminando em absoluto sucesso.

Além da competência e dedicação, merece ser exaltada a sensibilidade do médico que, diante de doenças graves e delicadas, sabe acolher e motivar os pequeninos, sem descuidar dos pais, desolados diante da enfermidade dos filhos.

A trajetória vitoriosa do Dr. Benício demonstra, ainda, que a rede pública de saúde, quando conduzida assim de forma hábil, honesta e eficiente, tem capacidade e expertise para prestar serviços de qualidade e elevada especialização aos cidadãos brasileiros.



Ministro José Mucio com o agraciado Marcus Antônio de Souza Faver

Ao Desembargador Marcus Antônio de Souza Faver

O jurista e desembargador Marcus Faver é homem de vasta estatura ética, moral e intelectual, reconhecida em todos os quadrantes da magistratura nacional.

Nasceu na década de 1940, em Cantagalo, no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde, na mais tenra idade, deu os primeiros passos, no ofício jurídico, com a avó Alba, a primeira tabeliã mulher do Brasil.

Dedicado às letras, às artes, ao Direito, à Justiça e, sobretudo, às pessoas, formou-se, em 1963, bacharel em Direito, pela então Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Exerceu os misteres de advogado, professor, além de participar da vida pública, como secretário municipal e vereador em duas legislaturas, antes de ingressar na magistratura, em 1969.

Exercitou as funções de desembargador, com inquestionável retidão, competência e senso de justiça, no então Tribunal de Alçada Cível, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e no Tribunal Regional Eleitoral, além de, nessa qualidade, ter composto o Conselho Nacional de Justiça.

Ao assumir a Presidência da Corte de Justiça, destacou, no discurso de posse, a Providência Divina

e a generosidade dos seus pares que o concederam a “honra e a glória de ser o primeiro Presidente [do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro] no novo século, ou, mais ainda, o do Presidente inicial do novo milênio”. Tonou-se, pouco após, o Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Homem do mundo, nada que é público e correto lhe é estranho, compartilha sua perspicácia e sensibilidade artística, em proficientes colóquios, dedicados à análise de obras-primas do cinema, a respeito das nobres funções do Direito e da Justiça nas sociedades modernas.

De sólida formação jurídica e humana, ressalta a importância dos que, com ele, caminharam os mesmos caminhos, “pisaram as mesmas pedras pelas trilhas do viver”.

A vida, a obra e a missão de Marcus Faver, senhor presidente, fincam profundas raízes no pensamento que ilumina sua existência e sua obra: “passarei por este caminho somente uma vez, portanto todo o bem que eu puder fazer, devo fazê-lo agora. Não devo adiar-lo nem negligenciá-lo, pois não passarei por este caminho novamente”.

Marcus Faver, sua passagem por esta vida é, certamente, marcada pelo bem que faz à humanidade, ao Direito, ao País e à Democracia.



Ministro José Mucio com o agraciado Fabio José Feldmann

A Fabio José Feldmann

Nascido em São Paulo, graduou-se pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, em 1977, ao tempo em que estudou Direito na Universidade de São Paulo, curso que concluiu em 1979.

O interesse pelas questões ambientais levou-o à especialização em Direito Ecológico na Associação dos Advogados de São Paulo e ao Mestrado em Direito Comparado na USP.

Tornou-se, em 1982, Presidente da União dos Defensores da Terra, entidade ecológica de São Paulo e, no ano seguinte, assessor especial da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, no governo de Franco Montoro.

Da intensa atividade nos meios técnico-acadêmicos, ingressou na vida pública como Deputado Federal eleito para três mandatos sucessivos, de 1987 a 1998.

Atuante na Assembleia Nacional Constituinte e considerado o único ecologista eleito, pautou-se pela defesa do meio ambiente, sendo internacionalmente reconhecido como o responsável pelo capítulo dedicado à matéria na Constituição Federal.

Em 1990, foi agraciado com o Prêmio Global 500 e teve reconhecida, pelas Nações Unidas, sua luta em favor do meio ambiente.

No Congresso Nacional, coordenou a Frente Verde Parlamentar, foi membro da delegação brasileira na IV Sessão do Comitê

Preparatório da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, além de delegado na Conferência realizada no Brasil, a Rio-92, e relator da Comissão Mista do evento.

Ocupou a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, no governo Mário Covas, e desenvolveu projetos para controle e redução da poluição, entre os quais, a “Operação Rodízio”.

Fabio Feldmann atua como consultor em temas relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade. É membro do Climate Change Advisory Board, do Deutsche Bank, do conselho consultivo do Fundo Itaú Ecomudanças e do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, entre outros.

Em 2009, tornou-se o curador da primeira biblioteca especializada em meio ambiente, a Biblioteca temática sobre Meio Ambiente Raul Bopp, no Parque da Aclimação.

Por sua contribuição para o debate e aperfeiçoamento da legislação voltada para a preservação do meio ambiente, para o desenvolvimento sustentável da economia e para a educação ambiental, Fabio José Feldmann merece todo o nosso reconhecimento e respeito.

VEJA - ABRIL.COM



João Gilberto, in memoriam, agraciado no Grande Colar do Mérito 2019

A João Gilberto, *in memoriam*

João Gilberto nasceu em Juazeiro, na Bahia, às margens do São Francisco, em uma família de músicos.

Aos 18 anos, mudou-se para Salvador e passou a cantar na Rádio Sociedade da Bahia. Logo depois, desembarcou no Rio de Janeiro, onde integrou a banda Garotos da Lua, com a qual gravou dois discos. Incompreendido, foi expulso do grupo, por indisciplina.

Dedicou-se ao estudo do violão e participou em produções de outros artistas, até que, em 1959, gravou o disco *Chega de Saudade*. Inaugurou nova harmonia, com acordes de quatro notas, repetidos sucessivamente, enquanto cantava falando. Nascia a Bossa Nova, fruto da delicadeza e radicalidade de João Gilberto, capaz de aquecer as palavras e as notas mais simples, carregando-as de afeto e emoção.

Ganhou destaque internacional, sendo aclamado por interpretações memoráveis como: *Samba de Uma Nota Só*, *O Barquinho*, *Desafinado*, *Corcovado*, *Saudade* fez um samba, *Pra machucar meu coração*, *Doralice*, *Samba de minha Terra*.

Seu sucesso já não cabia nas fronteiras do Brasil. Em 1962, apresentou-se no Carnegie Hall, em Nova York, no festival de Bossa Nova. No ano seguinte, gravou com Stan Getz o disco *Getz/Gilberto*. A obra rendeu-lhe quatro Grammys: melhor single, com *Garota de Ipanema*, interpretado por sua então esposa Astrud Gilberto, melhor álbum, melhor capa e melhor engenharia de som. Chamou a atenção do mundo para a música brasileira.

Após fixar residência em Nova York e no México, e ser reconhecido ao redor do mundo como fenômeno musical, voltou ao Rio de Janeiro em 1980, ano em que gravou o especial *João Gilberto Prado Pereira de Oliveira*.

Recebeu outro Grammy, em 2001, na categoria melhor álbum internacional, com o disco *João, Voz e Violão*.

Notabilizou-se, entre outros feitos grandiosos na música, por resgatar canções perdidas no passado, enlaçando-as com canções inéditas, promovendo diálogo harmonioso entre elas.

Para João Gilberto, a canção que lhe falava à alma era viva, dinâmica, mudava com o tempo, evoluía. Por isso, precisava ser revisitada de tempos em tempos.

Acusado de interpretar sempre as mesmas canções, ensinava: "O homem canta o que canta ao longo da vida. São as suas canções".

João Gilberto produziu cenas memoráveis, absolutamente destoantes do seu perfil introvertido e recluso. Um desses momentos mágicos teve lugar na madrugada de 12 de dezembro de 1990, ocasião em que apareceu, sem prévio aviso, nos estúdios da extinta Rádio Jornal do Brasil, para cantar, de viva voz, sua versão de *Palpite infeliz*, em homenagem a Noel Rosa, que no dia anterior completaria 80 anos, se vivo estivesse. Foi à emissora à noite, porque naquele horário o som do rádio "pegava em outros estados" e a homenagem tinha de ser nacional.

João Gilberto faleceu em 6 de julho de 2019, aos 88 anos de idade, no Rio de Janeiro, de causas naturais. Sua obra, sua genialidade e sua memória, entretanto, são imortais, a encher de orgulho os brasileiros e a engrandecer a alma dos que têm o privilégio de ouvir sua voz e seu violão.



Ministro José Mucio com o agraciado Dom Marcony Vinícius Ferreira

A Dom Marcony Vinícius Ferreira

Dom Marcony é um amigo de todos os brasilienses. Foi o primeiro padre nascido e ordenado em Brasília, onde viu sua vocação sacerdotal precocemente despertar, quando ingressou no Seminário Menor Bom Jesus, conduzido pelas mãos do saudoso Dom Ávila.

Natural foi a passagem, aos 16 anos, para o Seminário Nossa Senhora de Fátima, onde estudou Filosofia e Teologia, sendo ordenado Sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana em 3 de dezembro de 1988, aos 24 anos.

Especializado em Teologia Litúrgica, estudou no Instituto Teológico Pastoral de Bogotá e no Pontifício Instituto Litúrgico Santo Anselmo de Roma, sendo merecedor do título de mestre em Liturgia pela Pontifícia Universidade Santa Cruz de Roma.

De sólida formação teológica, é grande disseminador da importância dos elementos e práticas das celebrações católicas; sabe como ninguém motivar os fiéis ao seguimento de Jesus Cristo.

Sua simplicidade e autêntico carisma levam-no a transitar com desenvoltura nos variados meios sociais e intelectuais. Grande incentivador dos jovens, sempre patrocinou eventos voltados à celebração da fé entre a juventude, como as várias edições do Hallel, festival de música cristã, e o congresso recentemente realizado para celebrar os 60 anos da Arquidiocese de Brasília, com mais de 15 mil jovens.

Ao longo de seu ministério sacerdotal, criou laços profundos de amizade e admiração por onde passou, com especial destaque para o período em que esteve como pároco da Catedral de Brasília, a pérola da nova Capital, um livro de vidro, cheio de ensinamentos.

Em 2013, foi indicado pelo Cardeal Arcebispo de Brasília, Dom Sergio da Rocha, Vigário-Geral

e Moderador da Cúria Metropolitana de Brasília.

Nomeado Bispo-auxiliar de Brasília pelo Papa Francisco, foi ordenado ao episcopado em 12 de abril de 2014, na Igreja mãe, a Catedral de Brasília, pelo Cardeal Arcebispo Emérito de Brasília, Dom Falcão, o mesmo que o havia ordenado presbítero 25 anos antes.

As dificuldades financeiras por que passam o País e a sociedade não arrefeceram os propósitos do jovem bispo de manter a realização de eventos tradicionais para celebração da fé católica no Brasil. Com criatividade, há anos promove encontros de formação e fomenta projetos e iniciativas para arrecadar recursos para as solenidades campanhas de Corpus Christi e da Padroeira do Brasil e de Brasília, Nossa Senhora Aparecida, que ocorrem na Esplanada dos Ministérios e dão ensejo a fervorosa procissão dos fiéis.

Sempre se dedicou à formação dos sacerdotes e leigos. Lecionou diferentes disciplinas no Seminário Maior Nossa Senhora de Fátima e no Seminário Redemptoris Mater, ambos em Brasília, e junto ao Ordinariato Militar de São Paulo.

Atualmente, é professor da Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília, que se propõe a formar cristãos para a vivência e o anúncio do Evangelho.

Por sua trajetória de compromisso com a Igreja e com a sociedade, receba, Dom Marcony Vinícius Ferreira, todo nosso afeto e reconhecimento.



Ministro José Mucio com o agraciado coronel Edgar Estevo da Silva

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais foi a instituição responsável por ações heroicas no socorro das vítimas de duas tragédias recentes de grandes proporções: o rompimento das barragens de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019.

Mostrou notável dinamismo no serviço da sociedade nas ações de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento, pautando-se pelos valores da hierarquia, disciplina, probidade, transparência e valorização da vida, responsabilidade social.

Ao completar 108 anos, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais apresenta as muitas conquistas alcançadas ao longo de sua existência, o que passa pela capacitação e empenho do efetivo de 6 mil militares.

Em Mariana, realizou a maior operação de resgate do País. Muitos foram os heróis da lama, como se tornaram conhecidos os homens, mulheres e cães farejadores que salvaram vidas, resgataram corpos e revelaram ao mundo a infinita dor das famílias da tragédia de Brumadinho. Entre tantos heróis, as figuras da terceira sargento dos Bombeiros Natália Daysi, do sargento Leonardo e do seu companheiro Thor, cão da raça *border collie* recentemente falecido.

A terceira sargento Natália atuou de forma incansável no resgate de corpos na denominada "zona quente", área onde se localizava o refeitório da empresa Vale e local com maior número de mortos na tragédia.

Ladeados por outros valorosos profissionais, o sargento Leonardo e Thor atuaram no resgate

de vítimas e corpos do primeiro ao último dia da operação. Repetiram o que, juntos, haviam feito nas operações de resgate decorrentes dos desastres havidos no Vale no Córrego do Feijão, em Mariana, Herculano, Sardoá e Brumadinho.

A atuação do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais não se restringe às ocorrências no Estado, porquanto a corporação tem demonstrado elevado compromisso com os interesses nacionais, a exemplo do recente envio de militares para o sudoeste do Pará, para atuar no combate a incêndios florestais na região da Amazônia Legal.

Aqui representado pelo seu Comandante-Geral, Coronel Edgard Estevo da Silva, enalteço o trabalho do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, que, com eficiência, tem demonstrado solidariedade e presteza em missões muitas vezes desafiadoras e imprevisíveis, sem prejudicar o atendimento às demandas usuais. Não por menos, os corpos de bombeiros têm liderado, desde 2009, o Índice Confiança Social no Brasil, com significativa superioridade em relação a outras instituições.

Receba, Senhor Comandante-Geral, Coronel Edgard Estevo da Silva, todo nosso reconhecimento e apreço.

Senhoras e Senhores

Eis, então, os agraciados com o Grande Colar do Mérito de 2019 e algumas breves pinceladas em suas riquíssimas biografias..

Muito obrigado!



Discurso do agraciado Fabio Feldmann durante o Grande Colar do Mérito 2019

Sinto-me honrado em estar neste Tribunal de Contas para receber tão importante condecoração em companhia de pessoas desta magnitude:

Marcus Antônio de Souza Faver, Desembargador, presidiu o TER-RJ no biênio 2003-2005. Tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil em 1963 e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1981. É professor titular da Universidade Católica de Petrópolis. Natural de Cantagalo, no norte Fluminense.

Nasceu em 5 de março de 1940 e atuou como advogado e professor no município de Miracema, onde exerceu dois mandatos eletivos de vereador, entre 1962 e 1966 e entre 1966 e 1969. Em 1969, ele ingressou na Magistratura por concurso público. Em 1983 foi nomeado como juiz do Tribunal de Alçada

Cível, sendo promovido, em 1993, ao cargo de desembargador. Exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no biênio 2001 a 2002 e foi membro do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2005 a 2007. Presidiu, ainda, o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Rider Nogueira de Brito nasceu em Óbidos (PA), no dia 08 de junho de 1939. Graduou-se como Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará em 1966.

Foi técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará e Amapá). Nesse cargo, atuou como Assessor do Diretor de Secretaria do Tribunal (1964 a 1966) e Diretor-Geral de Secretaria do Tribunal (1966 a 1968).

Em 1968, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para Juiz do Trabalho da 8ª Região. De 1968 a 1971, presidiu a Junta de Conciliação



e Julgamento de Santarém (PA). Em agosto de 1985, foi promovido, por merecimento, a Juiz Togado do TRT 8ª Região.

De 1985 a 1996, atuou no TRT 8ª Região, sendo Vice-Presidente de 1988 a 1990 e Presidente de 1990 a 1992. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Medalha do Mérito *Jus et Labor* do TRT 8ª Região e foi professor Titular de Direito e Trabalho Processual do Trabalho da União das Escolas Superiores do Estado do Pará (UNESPA). Entre suas condecorações estão a medalha de Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista, no grau de Grande Oficial, e a medalha Comemorativa do Cinquentenário da instalação da Justiça do Trabalho.

Tomou posse como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 18 de dezembro de 1995. Foi Corregedor-Geral da Justiça do

Trabalho, no período de 2004 a 2006. Tornou-se Vice-Presidente do TST no período de 2006 a 2007. Assumiu a Presidência do Tribunal no período de 08/02/2007 a 01/03/2007, em mandato complementar. Ato contínuo, foi eleito Presidente para a gestão de 2007 a 2009. Durante esse período também presidiu o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O Ministro se aposentou em 07 de julho de 2009.

Coronel Edgard Estevo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais é uma Corporação cuja principal missão consiste na execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos no âmbito do Estado de Minas Gerais.



Atuando de forma integrada com os órgãos do Sistema de Defesa Social, presta socorro e solidariedade às vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho/MG.

A organização básica do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais é disposta na Lei Complementar n.º 54 de 1999 (Estadual). Além das ações de socorrimto público e outras ligadas a ações de defesa civil, atribui-se também à Corporação ações relacionadas à prevenção, a qual tem hoje demasiada relevância para sua atuação. Preocupam-se com os impactos ambientais, com a proteção da fauna e da flora e de bens cujos valores são imensuráveis para cada família, cada indivíduo bruscamente atingido pela tragédia.

Benicio Oton de Lima, médico graduado na Universidade de Brasília (UNB), possui Mestrado e Doutorado pela Universidade de Brasília (UNB), fez residência médica em neurocirurgia pelo Hospital de Base do Distrito Federal (HDBF), *Fellow* em Neurocirurgia Pediátrica pelo Hospital da Criança de Toronto. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Neurocirurgia Pediátrica, atuando principalmente nos seguintes temas: Hidrocefalia, Neuroendoscopia, Tumores do Sistema Nervoso.

Atualmente Coordenador da Neurocirurgia – Hospital da Criança de Brasília (HCB), médico pediatra neurocirurgião, Brasília/DF. Recentemente, chefiou a equipe médica que separou as gêmeas siamesas, Liz e Mel.

E João Gilberto, que foi cantor, compositor e violonista brasileiro, considerado o criador da Bossa Nova, o novo movimento da música popular brasileira que surgiu no fim dos anos 50. João Gilberto de Prado Pereira de Oliveira nasceu em Juazeiro, Bahia, no dia 10 de junho de 1931. De família de músicos, ainda adolescente formou o grupo musical Enamorados do Ritmo. Com 18 anos, mudou-se para Salvador e tornou-se *crooner* da Rádio Sociedade da Bahia.

Em 1950, João Gilberto mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez parte do conjunto

Garotos da Lua, que se apresentava na Rádio Tupi. Com o grupo gravou dois discos, mas por indisciplina foi expulso da banda. Passou alguns anos dedicando-se ao estudo do violão. Em 1958, fez participação como violonista no disco de Elizete Cardoso, com canções de Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

Em março de 1959, a gravadora Odeon lançou o disco Chega de Saudade, onde João Gilberto abriu um novo caminho para a música popular – era a Bossa Nova, que o acompanhamento do violão possuía uma batida e uma harmonia diferentes. Em 1960, lançou O Amor, o Sorriso e a Flor, com destaque para a música Samba de Uma Nota Só. Nesse mesmo ano, nasceu seu filho João Marcelo, do casamento com a cantora Astrud Gilberto.

Em 1961, lançou João Gilberto, quando se destacou O Barquinho. Nesse mesmo ano, foi lançado no mercado norte-americano o disco Brazil's Brilliant João Gilberto. Em 1962, no show O Encontro, dividiu o palco com Vinícius de Moraes, Tom Jobim e o grupo vocal Os Cariocas. Apresentou-se nos Estados Unidos no Festival de Bossa Nova, no Carnegie Hall de Nova York. Fixa residência na cidade e lança o álbum The Boss of the Bossa Nova. Em 1963, João Gilberto grava com o músico Stan Getz o disco Getz/Gilberto, lançado no ano seguinte e que se tornou um marco, consagrado com a música Garota de Ipanema. Nessa época, realizou apresentações na Itália e no Canadá.

Em 1965, o artista recebeu o Grammy (Best Álbum) pelo disco Getz/Gilberto.

João Gilberto chegou a receber um Grammy em 1965 na categoria Melhor Álbum. Nesse mesmo ano, separado de Astrud, casou-se com a cantora Miúcha e se apresenta no programa O Fino da Bossa, da TV Record. No ano seguinte, nasce sua filha Bebel Gilberto. Em 1969, viajou para o México, onde residiu durante dois anos. Participou de festivais de jazz em Guadalajara, Cidade do México e Puebla. Fez vários shows e recebeu o troféu Chimal. No ano seguinte, lançou o LP João Gilberto em México.



Em 1971, participou do especial realizado pela TV Tupi, ao lado de Caetano Veloso e Gal Costa. De volta a Nova York, realizou com Stan Getz uma temporada no Rainbow Grill. Depois de várias apresentações e gravações, em 1980 voltou a residir no Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano grava o especial João Gilberto Prado Pereira de Oliveira, que contou com a participação de Bebel Gilberto e Rita Lee.

Em 1987, recebeu do governo brasileiro a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador. Os últimos lançamentos de João Gilberto foram: João, Voz e Violão (2000), que recebeu o Grammy na categoria Best World Music Album, e o CD João Gilberto in Tokyo (2004). Depois de longo período fora dos palcos, em 2008 apresentou-se no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, celebrando 50 anos da Bossa Nova. João Gilberto faleceu no Leblon, Rio de Janeiro, no dia 6 de julho de 2019.

Como se verifica da trajetória dos agraciados, cada um deles deu uma contribuição inquestionável para o País e são referências que

conferem dignidade ao Brasil neste momento tão repleto de inquietação. Infelizmente, este sentimento atormenta o mundo inteiro, conferindo grande incerteza em relação ao nosso futuro. E mais do que isso, estimula extremismos e a crescente polarização que hoje acomete a nossa sociedade.

Compreendo que a distinção a mim conferida neste momento se deve basicamente ao meu engajamento com o meio ambiente e a sustentabilidade. Desde a década de 70, estou envolvido com os desafios que resultaram nas grandes Conferências das Nações Unidas sobre o tema: Estocolmo em 1972 e a Rio 92, sendo que a primeira foi a grande inspiradora da abordagem que a Constituição de 1988 deu ao meio ambiente em capítulo especial e uma série de dispositivos constitucionais.

O Brasil foi palco da presença da Comissão "Nosso Futuro Comum", à época liderada pela ex-Primeira Ministra norueguesa Gro Brundtland, que cunhou o difundido conceito de Desenvolvimento Sustentável. Tive a oportunidade de participar de uma das

audiências públicas na condição de advogado da Associação das Vítimas da Poluição e Más Condições de Vida de Cubatão, à época considerado o município exemplo de uma visão de mundo equivocada, que não conseguia incorporar a dimensão ambiental e social de modo adequado. É bom lembrar que em Cubatão havia uma alta incidência de crianças anencefálicas em função dos altos índices de poluição lá existente.

Mas o Brasil e o mundo evoluíram muito nessa matéria em decorrência da constatação do impacto provocado pela ação humana no planeta. A começar pelo buraco na Camada de Ozônio e, mais recentemente, pela constatação inequívoca da responsabilidade humana no aquecimento global. E aqui é importante salientar que não estamos falando de opiniões pessoais, mas de ciência.

Nenhuma geração como a nossa tem diante de si um desafio de tal magnitude: reduzir as emissões de gases efeito estufa (GEE) para garantir que o impacto no sistema climático do planeta seja o menor possível. Por essa

razão, chegamos ao Acordo de Paris e, mais recentemente, no compromisso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É importante salientar que o Brasil teve um enorme protagonismo internacional nessas matérias, notadamente a partir do final da década de 80, quando estivemos no noticiário internacional pelas queimadas da Amazônia e morte do Chico Mendes. Soubemos enfrentar a pressão da opinião pública com sabedoria e de modo propositivo.

Hoje, infelizmente, vemos que o esforço da sociedade brasileira está ameaçado pela dificuldade que o atual governo tem em lidar com estas questões. A começar por uma adjetivação equivocada da preocupação mundial com os desafios planetários. Ignoram-se completamente os fatos: a avaliação ambiental foi criada pelo governo Nixon nos EUA, há praticamente 50 anos. Tal avaliação transformou-se num requisito universal para qualquer atividade econômica relevante. E Margareth Thatcher foi a primeira Chefe de Estado a compreender a mudança

do clima por força de sua formação acadêmica como química.

Nesse contexto, há de se reconhecer a importância da atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) nesses temas tão relevantes. Cumprindo, claramente, com a sua missão constitucional: o grande patrimônio público do País está no seu meio ambiente, na sua biodiversidade, na estabilidade climática, na conservação dos solos e dos oceanos. Incorporar esses temas na sua atuação cotidiana representa a observância literal dos direitos das futuras gerações. E nessa direção cabe ressaltar a atuação corajosa e inspiradora de alguns Ministros desta Casa e o engajamento apaixonado de seus servidores.

Pessoalmente, tenho sido testemunha desses esforços pioneiros e que são decisivos para que o Brasil, de fato, incorpore em seu processo decisório a dimensão da sustentabilidade. Esta tem como elemento essencial a perspectiva de médio e longo prazo, normalmente desprezada por imperativos de curto e curtíssimo prazo. Governantes pensam nas próximas eleições e executivos nos resultados trimestrais. Com isso, impõe-se a presença de instituições como o TCU para assegurar a longevidade das políticas públicas.

Os exemplos são inúmeros, mas alguns deles são para mim muito importantes. Refiro-me aqui ao que escrevi em meu livro "Sustentabilidade Planetária: onde eu entro nisso?", publicado em 2011, em um box denominado "O TCU e a Tainha", que reproduzo abaixo:

"Quem um dia poderia imaginar que o TCU cuidaria da tainha, um dos peixes mais apreciados pelos brasileiros? A *Mugil liza Valenciennes* e a *Mugil platanus* fazem parte da lista de espécies ameaçadas. Apesar do nome científico ser pouco conhecido, todos nós apreciamos uma boa e velha tainha. Numa decisão inédita no Brasil, o TCU determinou que é preciso considerar, na pesca da tainha, a capacidade de manutenção de seus estoques, determinando que seja adotado um ordenamento sustentável nas próximas safras. É um caso emblemático e, com esta decisão, o TCU compreendeu os desafios do século XXI." (Sustentabilidade Planetária, onde eu entro nisso?, 2011)



Com decisões como essa, o TCU supre um dos grandes desafios do Desenvolvimento Sustentável, uma vez que, como disse, é muito difícil quebrar a hegemonia do aqui e agora. As futuras gerações não votam e não têm representantes nos parlamentos e governos, com raras exceções. Substituir o curto prazo nas decisões significa repensar as instituições que compõem os regimes democráticos, e esta mudança é uma das utopias da sustentabilidade.

Outro exemplo dado pelo TCU diz respeito à preocupação com os solos, cuja conservação, ainda hoje, é negligenciada no País. E com a importância do Brasil no mundo em termos de produção de alimentos, a despreocupação com a perda assustadora de solo fértil pode representar grave ameaça à produtividade nacional, além do assoreamento dos nossos rios.

São muitos os exemplos, mas não posso deixar de citar o caso das cavernas. O Brasil tem um enorme patrimônio espeleológico, sendo que as cavernas são consideradas bens da União. Nelas estão abrigadas uma enorme biodiversidade subterrânea, que ali se desenvolve em condições especialíssimas decorrentes da ausência de luz. Infelizmente, o governo federal tem sido omissivo na gestão desse patrimônio e isso foi claramente constatado pelo TCU há alguns anos. Quando o Tribunal opina sobre matéria dessa relevância, o assunto adquire feições novas, exigindo por parte do poder público maior responsabilidade. Nesse caso, devo assinalar que, infelizmente, tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei já apreciado pelo Senado e colocado para aprovação no Plenário desde 1990.

Assistimos atônitos ao impacto desse terrível vazamento de óleo no litoral brasileiro, atingindo, especialmente, o nordeste. Empregando a indispensável imaginação em relação aos riscos de certas atividades, pergunto se o País está preparado para enfrentar acidentes nas atividades do pré-sal. Lembro que um dos maiores acidentes no mundo se deu no Golfo do México nos EUA em 2010. As investigações demonstraram problemas na operação por parte da empresa British Petroleum e no respectivo acompanhamento por parte das agências ambientais norte-americanas.

Ao levar em consideração que a extração do petróleo no litoral brasileiro se dá em grande profundidade, não posso deixar de mencionar a responsabilidade deste Tribunal em verificar se estamos realmente preparados para um enfrentamento de possíveis acidentes, desde a fase de licenciamento das atividades e até mesmo em relação às medidas de mitigação de eventuais vazamentos. O desapego do atual Executivo a patamares mínimos de cuidado ambiental se refletiu na demora de providências e medidas de articulação nacional e internacional para o enfrentamento do acidente. Por outro lado, a ação firme da população brasileira de engajamento voluntário se transformou em um sinal de otimismo em relação à existência de ativos de solidariedade e ética.

Por fim, não posso deixar de fazer uma provocação. O Artigo 225 da Constituição Federal determina que “são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais”. Essa determinação constitucional pode ser um dos elementos essenciais para o combate ao desmatamento e queimadas em curso nos biomas brasileiros, notadamente a Amazônia.

A ação dos desmatadores se faz em busca de apropriação das terras devolutas na região que acabam sendo griladas. Quem conhece a região sabe exatamente do que estou falando e acredito que uma ação firme do TCU no sentido de definir estratégias relativas a uma gestão efetiva desse patrimônio do povo brasileiro seria decisiva ao cumprimento da Constituição Federal e dos nossos compromissos internacionais em relação ao Acordo de Paris, Convenção da Biodiversidade e dos ODS. Nesse sentido, tenho conhecimento, inclusive, de que está em curso uma fiscalização para avaliar e acompanhar as ações de prevenção e combate ao desmatamento e às queimadas. Referida fiscalização é decorrente de comunicação do Plenário do TCU.

Certamente as futuras gerações saberão reconhecer o papel decisivo do TCU, de seus Ministros e servidores na incumbência de nossa geração em salvaguardar a vida no planeta.